

PARADIPLOMACIA SUBNACIONAL

EM DEBATE

ELÓI MARTINS SENHORAS
MARCOS ANTÔNIO FÁVARO MARTINS
ELISEU GABRIEL
(organizadores)

2021

PARADIPLOMACIA SUBNACIONAL EM DEBATE

PARADIPLOMACIA SUBNACIONAL EM DEBATE

ELÓI MARTINS SENHORAS
MARCOS ANTÔNIO FÁVARO MARTINS
ELISEU GABRIEL
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2021

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se5 SENHORAS, Elói Martins; MARTINS, Marcos Antônio Fávaro; GABRIEL, Eliseu (organizadores).

Paradiplomacia subnacional em debate. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 107 p.

Série: Relações Internacionais. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993759-7-2
https://doi.org/10.5281/zenodo.5641353

1 - Estados. 2 - Municípios. 3 - Paradiplomacia. 4 - Relações Internacionais.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Paradiplomacia. IV - Série

CDD – 327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 13

CAPÍTULO 1 |
Caracterização do campo de estudos de Paradiplomacia Subnacional 17

CAPÍTULO 2 |
Paradiplomacia e o Direito Internacional 27

CAPÍTULO 3 |
Paradiplomacia do município de Dourados (MS) 37

CAPÍTULO 4 |
A institucionalização da paradiplomacia em Boa Vista (RR) 45

CAPÍTULO 5 |
Paradiplomacia do município de Birigui, Pacto Global da ONU e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 57

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
Registro e Nakatsugawa: Cidades-irmãs, o embrião para a paradiplomacia 65

CAPÍTULO 7 |
A atuação internacional do Amapá e a Comissão Mista Transfronteiriça franco-brasileira 73

CAPÍTULO 8 |
Paradiplomacia e governança turística: um estudo de caso a partir das fronteiras do Uruguai com Brasil 81

CAPÍTULO 9 |
Paradiplomacia e o seu protagonismo na gestão da pandemia da COVID-19 89

SOBRE OS AUTORES | 97

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A ação internacional direta ou indireta, promovida por um conjunto de entes subnacionais como municípios, condados, estados, províncias e departamentos, têm evoluído muito rapidamente ao longo das décadas sob a denominação de paradiplomacia subnacional

O fenômeno da paradiplomacia, embora tenha adquirido crescente relevância empírica nas relações internacionais e no aparelho da Administração Pública, é muito pouco discutido, razão pela qual o presente livro vem a preencher esta lacuna, propiciando subsídios para a construção de uma rica agenda de debates focalizados em estudos de casos.

Partindo desta temática, a presente obra é um dos resultados da "I Semana de Paradiplomacia do Município de São Paulo", realizada entre os dias 23 e 28 de agosto de 2021, oportunizando um rico diálogo entre a Academia, o Poder Público e a Sociedade Civil para o compartilhamento de ideias e a troca de experiências.

O objetivo deste livro é demonstrar que existe uma riqueza teórico-metodológica fundamentada na pluralidade do pensamento que se edifica por meio de uma abordagem multidisciplinar e de ciência aplicada à resolução dos problemas sociais, propiciando assim uma abrangente agenda de estudos sobre o fenômeno da paradiplomacia subnacional.

Estruturado em 9 capítulos, este livro foi construído por meio do esforço colaborativo de um grupo diversificado de profissionais - estudantes, pesquisadores e *policymakers* - oriundos das macrorregiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país, objetivando apresentar a realidade empírica da paradiplomacia subnacional brasileira.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, recortes teóricos e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, corroborando assim para a apresentação de uma genuína agenda eclética de estudos sobre a paradiplomacia subnacional, permeada pela pluralidade do pensamento e pela capacidade dialógica dos estudos.

Com base nas discussões e resultados apresentados nesta obra, uma rica construção epistemológica é fornecida a um potencial amplo público leitor, bem como ao Poder Público subnacional, fundamentada em uma abordagem multidisciplinar e em relevantes análises de estudos de casos que corroboram para a produção de novas informações e conhecimentos sobre a realidade da paradiplomacia subnacional no Brasil.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

Marcos Antônio Fávaro Martins

Eliseu Gabriel

(Organizadores)

CAPÍTULO 1

Caracterização do campo de estudos de Paradiplomacia Subnacional

CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS DE PARADIPLOMACIA SUBNACIONAL

Marimar dos Santos Lima

Elói Martins Senhoras

O objetivo da presente pesquisa é realizar um mapeamento do campo de estudos de *Paradiplomacia Subnacional* tomando como referência um levantamento bibliométrico que busca identificar a evolução da produção científica neste campo, por meio de um estudo exploratório sobre os textos publicados e com maior número de citações, bem como sobre os autores que compõem a comunidade epistêmica na temática.

INTRODUÇÃO

A Paradiplomacia Subnacional pode ser compreendida como um conjunto de ações emergentes de atores subnacionais, como estados, províncias, departamentos, municípios, alcadias, intendências e condados, no âmbito das relações internacionais, consolidando no sistema global pautas paralelas ao tradicional monopólio diplomático dos governos centrais, por meio de suas chancelarias. Nesse sentido, são exercidas intervenções internacionais de forma direta por outros agentes nacionais, representando ao sistema internacional uma abertura significativa

de novos protagonistas estatais que delineiam as próprias dinâmicas de poder.

A escolha da temática Paradiplomacia Subnacional se justifica por ser uma área nova e de crescente relevância nos estudos de Relações Internacionais e que na atualidade também passou a ser objeto de análise em campos de conhecimento, a exemplo da Geografia. Desse modo, torna-se necessário compreender a complexidade resultante da atuação internacional de agentes subnacionais frente a soberania do Governo Central, que estabelecem novas formas de autonomia na tomada de decisões e organização das agendas geopolíticas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa se caracterizam quanto aos fins como estudo um exploratório-descritivo-explicativo e quanto aos meios como um estudo quali-quantitativo, que utiliza como referência o método dedutivo em combinação com o uso de Revisão Integrativa, onde são utilizados na base de dados os textos com maior número de citações.

A revisão integrativa enquanto método de seleção de textos permite traçar o mapeamento do estado da arte do objeto de estudo a partir da filtragem das pesquisas sobre a temática trabalhada. A posteriori tais informações coletadas passam por um processo de sintetização, contribuindo para o surgimento de novas teorias em determinada área de estudo, de modo a ampliar o conhecimento do pesquisador sobre a mesma (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Os procedimentos de levantamentos de dados a partir da revisão integrativa foram adquiridos por critério de predominância,

sendo selecionados textos de maior indicador bibliométrico sobre a temática de Paradiplomacia Subnacional na Plataforma Google Scholar no período de 2000 a 2020, nos idiomas Português e Espanhol. Também foram obtidos dados referentes à identificação de 744 autores que investigam sobre a temática de Paradiplomacia e 12 sobre Paradiplomacia Subnacional na Plataforma do Currículo Lattes, o que permitiu traçar o perfilamento desses pesquisadores.

Os procedimentos de análise de dados consistem em uma análise hermenêutica e gráfica por meio da interpretação de dados e construção de gráficos. Sendo assim, na Plataforma Google Scholar foram encontradas 17 produções entre áreas distintas sobre Paradiplomacia Subnacional, sendo caracterizadas segundo área do conhecimento, tipologia, sexo do pesquisador e local de publicação.

No que se refere aos dados da Plataforma Currículo Lattes foram identificados 12 pesquisadores que trabalham com a temática de Paradiplomacia Subnacional no Brasil, o que permitiu que fosse elaborado o perfil desses pesquisadores. Dessa maneira, o processo de caracterização se deu em função da área de formação, sexo do pesquisador, atuação profissional, titulação, nome da instituição formadora e local da instituição.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da pesquisa foi construído *a posteriori* com base no método de revisão integrativa, o qual permitiu levantar o estado da arte das publicações e seus correspondentes autores com base no maior desempenho bibliométrico: Zeraqui (2016); Gomes Filho (2011); Calvento (2014, 2016); Senhoras (2013); Senhoras, Moreira, Vitte (2008); Moreira, Senhoras, Vitte

(2009); Milani, Ribeiro (2010); Prado(2013); Matsumoto (2011); Junqueira(2014); Aprigio (2017), Maia (2012) e Felli (2015).

Tomando como referência esses pesquisadores a partir da revisão integrativa, que permitiu identificar o estado da arte, foi possível desenvolver uma revisão bibliográfica de modo mais objetivo com base nessa amostra de autores. Assim, as discussões teórico-conceituais sobre Paradiplomacia Subnacional foram elaboradas em função dessa amostra, que por conseguinte permitiu o processo de detalhamento do objeto de estudo.

A Paradiplomacia Subnacional é entendida como toda ação internacional realizada por entes subnacionais "prefeituras, estados, províncias etc", paralela às agendas diplomáticas dos Ministérios de Relações Exteriores. Zeraqui (2016) divide a Paradiplomacia em Paradiplomacia Positiva Negativa. A Paradiplomacia Positiva ocorre quando as atividades de determinado agente ocorrem de maneira combinada com as do Estado, de forma a não entrar me conflito com os interesses do mesmo, já a Paradiplomacia Negativa também conhecida como Protodiplomacia se refere a confrontação de objetivos políticos entre agentes subnacionais e o Estado.

A tomada de decisões que antes se consolidava somente pela soberania estatal, agora é exercida por outros atores no campo internacional, onde no espaço geográfico o conflito de interesses abrange dimensões que perpassam a delimitação de fronteiras geopolíticas. As ações desempenhadas por agentes subnacionais são caracterizadas pela interdependência das entre as relações de poder, permitindo que nelas sejam desenvolvidas estruturas normatizadas.

Gomes Filho (2011) aponta que a Paradiplomacia Subnacional se refere à participação política direta das unidades governamentais subnacionais no cenário internacional, a exemplo das "ações de províncias, estados, departamentos" etc. Nesse

cenário se consolida pós década de 1990, a atuação internacional mais efetiva dessas unidades governamentais subnacionais, em razão principalmente da reestruturação socioecômica, desenvolvimento do meio científico e informacional dentre outros fatores.

A participação de empresas, instituições, Estados e até municípios na negociação de seus próprios interesses, revelam que na Paradiplomacia Subnacional se descentralizam o campo de ações internacionais em relação ao governo central. Assim, as dinâmicas geopolíticas reestruturam-se em razão de interesses dos agentes subnacionais, que buscam maior autonomia na tomada de decisões (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2008).

Segundo Milani e Ribeiro (2010) a Paradiplomacia Subnacional tem se desenvolvido no Brasil no início da década de 1990 em razão da reestruturação conjuntural e estrutural do cenário geopolítico internacional que consequentemente refletiu na política nacional. O período marca o surgimento de novos atores subnacionais que passaram a organizar as agendas políticas a partir da redemocrattização do Brasil.

O cenário internacional na contemporaineidade é marcado por perspectivas divergentes entre a descentralização do poder do Estado e a atuação internacional mais efetiva de agentes subnacionais. Nesse sentido, as estratégias de gestão a serem adotadas são construídas levando em consideração a interesses diversos, em que tanto o Estado quando os agentes subnacionais almejam obter a partir do estabelecimento das políticas de cada sistema que buscam conexão internacional (CALVENTO, 2014).

A descentralização do poder culmina na participação mais ativa de agentes subnacionais, que passaram a exercer maior autonomia na tomada de decisões geopolíticas assim como no estabelecimento de uma agenda política de interesses particulares

que fogem da pauta do Estado. O jogo de interesses varia de acordo com cada entidade, geralmente uns de sobrepondo em relação a outros, revelando a complexidade dos campos de poder no contexto das relações internacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O mapeamento do campo de estudos sobre Paradiplomacia Subnacional foi realizado com base em dois processos de filtragem: Revisão Integrativa e por consequência em Revisão Bibliográfica dos textos com maior relevância bibliométrica utilizado a Plataforma Google Acadêmico e no perfilamento dos principais autores brasileiros que estudam a temática a partir do uso da Plataforma Currículo Lattes.

Tendo por base a Revisão Integrativa, foram levantados dados referentes ao conceito de Paradiplomacia Subnacional no Google Scholar, sendo selecionados trabalhos com essa temática em Português e Espanhol por critério de predominância, ou seja, em função do maior número de citações entre 2000 a 2020. Assim, os dados foram organizados segundo área de conhecimento, sexo do pesquisador, tipologia e local de publicação, a fim de facilitar a caracterização/análise dos mesmos.

Ao todo foram selecionados 17 trabalhos em Português e Espanhol com o tema de Paradiplomacia subnacional. O idioma Português é majoritário, representando 65% das publicações. As pesquisas foram publicadas em sua maioria por homens, cerca de 59% em relação a 29% das mulheres, revelando um desnível significativo do perfil do pesquisador, de modo que as publicações predominantes são na área de Relações Internacionais com 53%.

Em relação à tipologia das publicações, as mesmas dividiram-se entre artigos, livros, teses e dissertações, onde os artigos são maioria, representando 64% das obras em comparação aos somados 24% das teses e dissertações. No que se refere ao local das obras publicadas em Português, no Brasil, a capital federal se destaca com 40% das pesquisas, já em Espanhol, Bogotá apresenta 29% das publicações.

Na Plataforma Currículo Lattes foi realizado um mapeamento dos grupos de pesquisa e dos autores que trabalham com o termo "Paradiplomacia Subnacional", sendo possível identificar os 12 pesquisadores em um universo de 744 que trabalham com a temática de Paradiplomacia. Dessa forma, os pesquisadores são em sua maioria composto por homens, 83% em comparação aos 17% de mulheres, revelando uma forte discrepância em relação ao perfil do pesquisador.

As Relações Internacionais são a área de predominância dos pesquisadores independente de sexo, representando 50% se comparado aos 17% dos pesquisadores com a formação na Geografia. Desses, a maioria concluiu sua formação em Instituições de Ensino Superior Públicas de natureza Federal ou Estadual (84%), frente a apenas 16% formados Instituições Privadas.

Cabe destacar ainda que 58% dos pesquisadores possuem doutorado e 34% mestrado em suas áreas de formação, o que destaca o alto nível de preparo e especialização desses profissionais. A conclusão desses programas de formação ocorre principalmente na macrorregião Centro-Sul, em função dos estados de São Paulo, Paraná, Distrito Federal e Rio de Janeiro, sendo Roraima destaque na macrorregião Norte-Nordeste.

CONCLUSÃO

Tendo como referência a revisão integrativa, a pesquisa identificou discussões sobre Paradiplomacia Subnacional em diferentes áreas do conhecimento, porém com predominância em Relações Internacionais. Assim, o aporte teórico e conceitual do trabalho foi construído levando em consideração as principais discussões dos trabalhos selecionados por critério de predominância buscando o entendimento mais amplo do objeto de estudo da pesquisa.

Na Plataforma Google Scholar segundo a periodização de 2000 a 2020 foram selecionados trabalhos em função do maior número de citação, representando o total de 17 publicações nos idiomas Português e Espanhol referente a temática da Paradiplomacia Subnacional. Cabe destacar que as publicações foram caracterizadas segundo área do conhecimento, sexo do pesquisador, tipologia e local de origem das obras sendo o idioma Português majoritário representando 65% das publicações.

Já no Currículo Lattes a mesma temática de Paradiplomacia Subnacional foi tomada como referência para caracterizar o perfil do pesquisador, sendo levantados dados referentes a área de formação inicial ou continuada, local e perfil da instituição formadora (privada, estadual ou federal) e atuação profissional (professor, pesquisador ou aluno). Dessa forma, os pesquisadores são em sua maioria composto por homens, 83% em comparação aos 17% de mulheres, revelando uma forte discrepância em relação ao perfil do pesquisador.

Conclui-se com base no mapeamento desse campo de estudo que a Paradiplomacia Subnacional é uma temática emergente sobretudo nas discussões teóricas de Relações Internacionais e ainda pouco explorada por outras áreas do

conhecimento. Em função das transformações geopolíticas e econômicas no cenário internacional, surge a necessidade de compreender o fenômeno da paradiplomacia subnacional de maneira mais multidisciplinar e fundamentada em estudos de caso de natureza empírica.

REFERÊNCIAS

APRÍGIO, A. **Paradiplomacia e Interdependência**: As Cidades como Atores Internacionais. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2017.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. "O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais". **Gestão e Sociedade**, vol. 5, n. 11, 2011.

CALVENTO, M. "La Inserción Internacional de Los Actores Subnacionales: Análisis de un Proceso Contemporáneo". **Interações**, vol. 15, n. 2, 2014.

CALVENTO, M. "Política Internacional Subnacional: Una Propuesta para el Abordaje del Accionar Contemporáneo en Argentina". **Desafíos**, vol. 28, n. 1, 2016.

FELLI, L. "La Paradiplomacia en la Revista Relaciones Internacionales". **Revista Relaciones Internacionales**, vol. 24, n. 49, 2015.

GOMES FILHO, F. **Paradiplomacia Subnacional no Brasil**: Uma Análise da Política de Atuação Internacional dos Governos Estaduais Fronteiriços da Amazônia (Tese de Doutorado em

Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional). Brasília: UnB, 2011.

JUNQUEIRA, C. G. B. **A Inserção Internacional dos Atores Subnacionais e os Processos de Integração Regional**: Uma Análise da União Europeia e do Mercosul (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2014.

MAIA. J. N. B. **A Paradiplomacia Financeira dos Estados Brasileiros**: Evolução, Fatores Determinantes, Impactos e Perspectivas (Tese de Doutorado em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2012.

MATSUMOTO, C. E. H. **As Determinantes Locais da Paradiplomacia**: O Caso dos Municípios Brasileiros (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2011.

MILANI, C. R. S.; RIBEIRO, M. C. M. "Paradiplomacia y Proyección Internacional de Las Ciudades Brasileñas: La Elaboración del Concepto de "Gestión Internacional Local". **Geopolítica(s)**, vol. 1, n. 1, 2010.

MOREIRA, F. M.; SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S. "Geopolítica da Paradiplomacia Subnacional: Um Estudo Sobre a Extroversão Internacional dos Municípios da Rede de Mercocidades". **Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL**. Montevidéu: Universidad de la República, 2009.

PRADO, H. S. A. **Inserção dos Atores Subnacionais no Processo de Integração Regional**: O Caso do Mercosul. Dourados: UFGD, 2013.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A.; VITTE. C. C. S. “A Geografia da Paradiplomacia Subnacional na América do Sul”. **Scripta Nova**, vol. 12, n. 270, 2008.

SENHORAS, E. M. “Múltiplas Camadas das Relações Internacionais entre a Diplomacia e a Paradiplomacia”. **Intellector**, vol. 9, n. 18, 2013.

ZERAQUI, Z. “Para Entender la Paradiplomacia”. **Desafíos**, vol. 28, n. 1, 2016.

CAPÍTULO 2

Paradiplomacia e o Direito Internacional

PARADIPLOMACIA E O DIREITO INTERNACIONAL

Fernando Cardozo Fernandes Rei

A paradiplomacia é o envolvimento de unidades subnacionais em relações internacionais, de forma individual ou através de redes, impulsionado pela vontade de buscar oportunidades sociais e econômicas. A ascensão desses novos atores, sejam eles públicos ou privados, passou a suscitar um questionamento acerca da necessidade de reconhecimento pelo Direito Internacional, que atribui personalidade jurídica e reconhece validade apenas às relações entre Estados e Organizações Internacionais. Este texto advoga que o reconhecimento jurídico da paradiplomacia pelo Direito Internacional, embora relevante, permite que a atividade prescinda da tardia validação jurídica, pois encontra legitimidade no fenômeno da governança global.

INTRODUÇÃO

Boa parte dos complexos problemas globais (mudanças climáticas, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, pandemias, saúde coletiva, refugiados etc.) exige enfrentamento coletivo e multilateral, que não se presta mais à exclusiva prevalência estatal, reconhecendo cada vez mais a pertinência e relevância de outras contribuições.

A magnitude desses interesses globais exige ações de cooperação diversas que, na maioria das vezes, só podem se

desenvolver por meio de sistemas de governança que admitam e convivam com diversos níveis de atuação (não governamentais, estatais e subnacionais) (RODRIGUES, 2008).

O exercício da governança intensifica e enriquece o debate internacional, bem como propicia a emersão de novos atores tão importantes quanto os Estados. Nesse sentido, muitos são os atores que se mobilizam, contribuindo com informações técnicas, cobrando e exigindo medidas efetivas por meio de um processo de legitimação voluntária da sociedade, como é o caso das organizações não governamentais, do setor privado e dos governos subnacionais, nomeadamente as cidades.

Não obstante a crescente ascensão e legitimação desses novos atores internacionais, a agenda internacional dos problemas globais continua sendo conduzida entre Estados e organizações internacionais, únicos sujeitos reconhecidos formalmente pelo Direito Internacional, o que vem estimulando estudos acerca da necessidade de reconhecimento jurídico dessa atuação, porque, embora se possa afirmar que o debate internacional conversa de forma harmônica com as contribuições trazidas pelos interessados diversos (FARIAS; REI, 2016), esses novos atores que surgiram e estão angariando espaço não possuem voto, mas se revelam protagonistas ativos no cenário global, confrontando a exclusividade dos Estados nas relações internacionais.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A caracterização metodológica desta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva. Assim, inicialmente, é abordado como a paradiplomacia é recebida nos estudos e publicações do Direito

Internacional, para, na sequência, pesquisar como a paradiplomacia tem sido legitimada pela governança global.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não obstante essa realidade de ascensão dos novos atores internacionais, muitos sistemas jurídicos ainda são reticentes em reconhecer a contribuição da paradiplomacia, desconsiderando a potencialidade de estímulo à cooperação internacional, capaz, em muitos casos, de complementar a ação nacional, insistindo em visualizá-la como um risco à autonomia na condução de sua agenda internacional. Analisar se o Direito Internacional reconhece ou não essa atuação é um ponto sensível de condução do debate, mas que se faz necessário para verificar eventual comprometimento da segurança jurídica das relações internacionais desses novos atores.

O Direito Internacional e os próprios Estados têm dificuldades em perceber a potencialidade da paradiplomacia, e que essa não pode mais ser vista como um fenômeno marginal, particularmente em Estados federados plurais (e desiguais), pois pode funcionar como uma ação estratégica para consolidação do *soft power* dos Estados, permitindo o preenchimento de lacunas de poder, que contribuem para a redução e nivelamento das vulnerabilidades (FARIAS; REI, 2016).

O estreitamento de fronteiras trazido pela globalização deu origem, entretanto, a uma forma diferente de atuação internacional, onde se valora a mera contribuição ou influência por parte dos novos atores internacionais, ainda que de forma indireta. São cada vez mais comuns os tratados formalmente firmados que acabam envolvendo a participação e colaboração de outros atores, que não detêm todas as prerrogativas inerentes aos Estados e organismos

internacionais, mas que participam ativamente das discussões, exigem e influenciam posicionamentos (REI; GRANZIERA, 2015). Assim, abre-se espaço para o reconhecimento da personalidade jurídica internacional desses atores, uma vez que não está condicionada à capacidade jurídica e pode ser reconhecida, ainda que o agente não disponha de capacidade jurídica plena como a reconhecida aos sujeitos formais, porque capacidade é atributo, mas não pressuposto (FARIAS; REI, 2016).

Nessa toada, Trindade (2007) acredita na "democratização das relações internacionais", como resultado da conscientização dos múltiplos atores, exercida internacionalmente na defesa de valores universais. Embora seu discurso seja no sentido de reconhecer personalidade aos indivíduos, tais fundamentos são perfeitamente adequados para justificação do dilema da sujeição dos atores internacionais. Ainda que se possa asseverar que grande parte da doutrina tradicional do Direito Internacional continua a enxergar os atores internacionais de forma discreta e, no caso dos governos subnacionais, dependentes do seu respectivo Estado, a governança multinível vai em sentido contrário e são vários os textos normativos internacionais, inclusive de *hard law*, que absorveram o reconhecimento dos governos subnacionais e demais atores, como é o caso da Agenda 21 (1992), Agenda Habitat (1996), da Agenda 2030 (2015) e do Acordo de Paris (2015), onde estão destacadas a necessidade de inserção desses atores em sua dinâmica. Portanto, quer parecer que não mais se permite ao Direito Internacional ignorar que "a diplomacia subnacional está emergindo como uma força a ser considerada (TRINDANDE, 2007); porém, um questionamento pertinente é se esse reconhecimento é indispensável para atribuir legitimidade e segurança para a atuação paradiplomática. Fato é que nas últimas décadas, pelos mais diversos fatores, a dinâmica robusta da paradiplomacia em algumas agendas globais ocasionou relevantes

modificações nos campos políticos e jurídicos das relações internacionais (FARIAS; REI, 2016).

A participação dos estados subnacionais e demais atores no processo de globalização se intensificou, principalmente por meio da participação em redes transnacionais, relativizando a soberania dos Estados e provocando a acomodação do Direito Internacional. Destarte, ainda que a inserção internacional consolidada dos entes subnacionais seja uma realidade, essa ação não pode ser deixada à margem da legalidade, na busca de caminhos mais flexíveis e adequados ao incremento do multilateralismo, porque, em tese, os acordos e documentos firmados por esses atores não são reconhecidos pelo Direito Internacional, porque não regidos pela Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, restando o reconhecimento dessas tratativas classificadas genericamente como acordos ou convênios, numa modalidade de contrato *sui generis* (RODRIGUES, 2008), porque, se uma das partes não pode ser identificada como sujeito de Direito Internacional, o documento não poderia ser formalmente considerado como Tratado, carecendo de legitimidade jurídica internacional. Entretanto, como vários documentos internacionais começam a reconhecer a existência de atores diversos dos sujeitos internacionais tradicionais, com isso tal reconhecimento demonstra que o estadocentrismo do Direito Internacional começa a ser contraposto em documentos oficiais. Neste sentido, a ainda persistente lacuna jurídica está sendo preenchida gradativamente pela governança, que se estabelece como instância global capaz de outorgar legitimidade às atuações paraestatais, gerando um reconhecimento tácito ao status dos novos atores internacionais.

CONCLUSÃO

A percepção do subnacional e o desenvolvimento da paradiplomacia se tornaram um marco a impulsionar adaptações, estabelecendo uma interdisciplinaridade entre o campo das Relações Internacionais e o Direito Internacional. O questionamento atual que este resumo traz não gravita entre aceitar ou não a contribuição dos novos atores internacionais, já totalmente consolidada no cenário mundial, mas compreender qual a dimensão que ocupam nessa nova estrutura do sistema internacional. Apesar do não reconhecimento como sujeitos pelo Direito Internacional clássico, comprometido pela insistente e desatualizada visão estatocêntrica, essa atuação é legítima e assentada na governança global, indispensável e estratégica para o enfrentamento de boa parte dos problemas mundiais.

REFERÊNCIAS

FARIAS, V.; REI, F. "Reflexos jurídicos da governança global subnacional: a paradiplomacia e o direito internacional: desafio ou acomodação". **Revista de Direito Internacional**, vol. 13, n. 1, 2016.

REI, F.; GRANZIERA, M. L. "Direito ambiental internacional: novos olhares para a ciência do direito". *In*: REI, F.; GRANZIERA, M. L. (orgs.). **Direito ambiental internacional**: avanços e retrocessos. 40 anos de Conferências das Nações Unidas. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

RODRIGUES, G. M. A. "Relações internacionais Federativas no Brasil". **Dados: Revista de Ciências Sociais**, vol. 51, n. 4, 2008.

TRINDADE, A. A. C. “Desafios e conquistas do direito internacional dos direitos humanos no início do século XXI”. *In*: MEDEIROS, A. P. C. (orgs.). **Desafios do direito internacional contemporâneo**. Brasília: FUNAG, 2007.

CAPÍTULO 3

Paradiplomacia do município de Dourados (MS)

PARADIPLOMACIA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS (MS)

Aida Mohamed Ghadie

O objetivo do presente trabalho é contextualizar a atuação paradiplomática do município de Dourados/MS, cidade média do sul do Mato Grosso do Sul e próxima ao Paraguai. Outrossim, tendo como início o ano de 2001 até sua fragmentação, em 2010, para identificar as variáveis que influenciaram no processo de inserção internacional, bem como as (des)continuidades no exercício, que poderia ser bem sucedida, mas, não prosperou.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, a emergência do regionalismo, a expansão da globalização, a ascensão de novos atores e temas (como meio ambiente e direitos humanos); e a insuficiência de capacidade dos Estados centrais em lidar com os problemas globais tiveram um profundo impacto local (CASTELLS, 1999; KEOHANE; NYE, 2001). Neste cenário, no Brasil, o processo de redemocratização e o regime federativo pós Constituição de 1988 foram essenciais na expansão das iniciativas paradiplomáticas no cenário internacional (PRADO, 2019; PRAZERES, 2009), cuja ênfase foi no campo *low politics* (como saúde e habitação social), de grande prioridade para os governos subnacionais (MORAIS, 2011). A partir desse contexto, o escopo do presente trabalho é identificar variáveis que influenciam a atuação paradiplomática das cidades médias localizadas na faixa de

fronteira, a partir do estudo de caso do município de Dourados-MS, do seu início, em 2001 até 2010.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Gilberto Rodrigues (2009, p. 6), "trata-se da possibilidade de entes subnacionais ou não centrais, como Estados e Municípios, desenvolverem ações internacionais, no âmbito de suas competências, sob o amparo de molduras internacionais bilaterais ou multilaterais". Essas ações dependem das características de cada entidade subnacional e de suas estratégias, no nível doméstico e internacional, e das competências que os mesmos possuem no marco político nacional, como no caso do Brasil (SALOMÓN, 2012; PRADO, 2019; MARIANO; MARIANO, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo abordou a evolução da paradiplomacia do município de Dourados entre 2001 e 2010, caracterizado em dois distintos períodos: o primeiro, de 2001 a 2008, marca o início e o ápice da inserção internacional, com participação em redes internacionais (Mercocidades e Rede Cidade Educadora) e a tentativa do envolvimento de organizações da sociedade civil. O segundo, de 2009 a 2010, denota declínio das inciativas na seara externa, A mudança do perfil político da elite governante municipal, no entanto, fez com que a agenda paradiplomática fosse colocada em segundo plano. O ápice da crise política foi a Operação Uragano, com a divulgação do esquema de corrupção generalizada e a consequente prisão da alta cúpula da

administração do Poder Executivo e Legislativo douradense e seus desdobramentos, como a grave crise político-econômica municipal. O processo de internacionalização de Dourados teve assim uma forma passiva, atrelado aos objetivos do governo federal, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, "caráter subalterno, imposto e frágil" (RIBEIRO, 2009, p. 48). Metodologia O estudo de caso foi conduzido conforme a proposta de Robert Yin (2015), por meio da descrição das ações internacionais e de uma análise qualitativa de uma bibliografia selecionada, documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas, e fundamentado teoricamente pelo modelo de Soldatos (1990) e Salomón (2012).

CONCLUSÃO

O caso de Dourados denotou um processo de internacionalização tipo *stop and go*. A primeira fase foi impulsionada pelo alinhamento político-partidário entre as esferas federativas (Município, Estado e União). Assim, a inserção internacional se deu de forma reativa e não propositiva (GHADIE, 2019). A iniciativa paradiplomática malogrou em função das seguintes variáveis: alteração da filiação política partidária dos mandatários municipais, agravada pela crise político-econômica após a deflagração da operação Uragano pela Polícia Federal; ausência de uma estrutura burocrática composta por servidores do quadro permanente, falta de interesse e/ou conhecimento dos atores políticos da paradiplomacia como importante ferramenta para desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and interdependence**. New York: Longman, 2001.

GHADIE, A. M. G. **A inserção internacional das cidades médias na faixa de fronteira**: o caso da cidade de Dourados (Dissertação de Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos. Dourados: UFGD, 2019.

MARIANO, K. P. L.; MARIANO, M. P. "Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas". *In*: VIGEVANI, T. *et al.* (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: UNESP, 2004.

MORAIS, M. C. A. **Paradiplomacia no Brasil**: uma abordagem sobre a inserção internacional de municípios paraibanos a partir do programa plano diretor (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. João Pessoa: UEPB, 2011.

PRADO, H. S. A. **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil**. Curitiba: Ithala, 2019.

PRAZERES, T. L. "Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional". *In*: RODRIGUES, G. M. A; XAVIER, M. *et al*. (orgs). **Cidades em relações internacionais**: análises e experiências brasileiras. São Paulo: Desatino, 2009.

RODRIGUES, G. "Internacionalismo municipal". *In*: RODRIGUES, G. M. A; XAVIER, M. *et al*. (orgs). **Cidades em relações internacionais**: análises e experiências brasileiras. São Paulo: FASM, 2009.

SALOMÓN, M. "A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas". *In*:

PINHEIRO, L.; MILANI, C. R.S. (orgs.) **Política externa brasileira**: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015.

CAPÍTULO 4

A institucionalização da paradiplomacia em Boa Vista (RR)

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARADIPLOMACIA EM BOA VISTA (RR)

Célio Vinícius Diniz Rodrigues Ribeiro Freitas

Leonardo Ulian Dall Evedove

Elói Martins Senhoras

O objetivo da pesquisa é observar a natureza da paradiplomacia subnacional a partir de uma análise dos órgãos do Governo do Estado de Roraima e da Prefeitura Municipal de Boa Vista, verificando os seus pendulares movimentos de institucionalização e desinstitucionalização da agenda internacional no aparelho da máquina pública ao longo dos diferentes ciclos políticos.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização ampliou o número de atores capazes de interagir no Sistema Internacional, uma vez que a tradicional percepção centralizada no papel dos Estados Nacionais passa a ser permeada por uma crescente participação de um conjunto de *players* que projetam seu poder nas relações internacionais de modo paralelo ao *corpus* diplomático estatal, resultando assim na proeminente difusão do fenômeno conhecido como *paradiplomacia*.

A atuação paradiplomática dos entes subnacionais têm chamado a atenção e produzido muitos estudos que tentam caracterizar aquilo que ocorre, entender o processo, além de

disseminar a ideia de que este pode ser o próximo passo para o desenvolvimento local e regional, com um ganho para diversos atores sociais e políticos, em âmbito internacional.

É destacável que a crescente institucionalização de órgãos de paradiplomacia em diferentes entes subnacionais no Brasil, traz consigo um ideal de desenvolvimento com base na ação internacional de prefeituras e governos estaduais, razão pela qual o presente trabalho justifica a sua relevância de estruturação justamente por corroborar com uma agenda de estudos que tem se ordenado ao longo dos anos de 2000 até os dias atuais, de modo reflexivo aos avanços empíricos da paradiplomacia subnacional brasileira.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A fundamentação teórica do presente trabalho parte dos clássicos estudos de Michelmann e Soldatos (1990) que valorizam o conceito de diplomacia paralela de entes governamentais descentralizados ou simplesmente paradiplomacia, a despeito de existirem outros marcos conceituais prévios similares ou posteriores, como a microdiplomacia (DUCHACEK, 1984) ou diplomacia federativa (GALLO, 2021).

A concepção de paradiplomacia utilizada neste estudo, em particular, parte de Prieto (2005), o qual entende o fenômeno internacional engendrado por governos subnacionais através do estabelecimento de contatos formais e informais, duradouros ou provisórios (*ad hoc*) com entidades estrangeiras, públicas ou privadas, tendo o objetivo de promover resultados socioeconômicos ou políticos.

É relevante apontar que a ação paradiplomática quebra diretamente as relações interestatais clássicas do sistema Westphaliano, pois sua atuação ao buscar participar e responder de modo articulado, fluido, ágil e eficiente às questões advindas de um mundo em constante transformação adquire significância enquanto fenômeno de repercussão nas relações internacionais (SENHORAS, 2013).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A caracterização metodológica desta pesquisa indica uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e qualitativa quanto aos meios, utilizando-se de um método teórico-histórico-dedutivo e de uma triangulação metodológica que conjuga uma revisão bibliográfica como procedimento de levantamento de dados e em uma hermenêutica internacionalista fundamentada em teóricos da área na análise de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa demonstram que embora tenha-se criado uma secretaria de relações internacionais, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito municipal, existe uma questão pendular da paradiplomacia em Roraima, pois nos dois casos, a secretaria teve caráter extraordinário.

No governo do estado de Roraima, Neudo Campos na década de 1990 foi o primeiro governador a estruturar ações paradiplomáticas por meio de uma secretaria de Relações Internacionais, a qual teve objetivos imediatos de articular

negociações junto com o Governo Federal para a formação de uma integração energética entre a Venezuela e Roraima por meio do linhão de Guri (GOMES FILHO, 2011). Desde a primeira ação paradiplomática com elevada assertividade e positivos resultados, a paradiplomacia do governo de estado de Roraima perdeu ação estratégica, mudando de nomes, para Secretaria de Assuntos Internacionais ou de Relações Fronteiriças, bem como de status, de Secretaria Permanente para Secretaria Especial ou Extraordinária, vinculada à Casa Civil ou a outras Secretarias Estaduais.

No governo municipal, a Prefeitura de Boa Vista estruturou Assessoria de Relações Internacionais vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento, a qual surgiu de modo reflexivo ao governo estadual e replicando uma onda nacional em outros municípios e capitais brasileiras durante as gestões do prefeito Iradilson Sampaio (2006-2012), sendo extinta após o fim de seu mandato. A despeito da Assessora de Relações Internacionais, Camila Barbosa Cavalcanti de Albuquerque, ter sido uma das poucas profissionais com experiência teórica e empírica prévia em Relações Internacionais em Roraima, teve muito pouco a realizar em termos de alavancagem de uma agenda de negociações de paradiplomacia subnacional, replicando assim uma lógica burocrática de júri, porém com baixos impactos de facto.

Por um lado, observa-se que as ações de paradiplomacia subnacional do governo do estado de Roraima e da prefeitura de Boa Vista caracterizam-se por uma lógica de descontinuidade e por uma pendularidade na institucionalização como órgãos permanentes ou extraordinários, onde se observa a predominância de uma agenda patrimonialista para formação de uma governabilidade de cooptação por meio da nomeação de cargos comissionados.

Por outro lado, a lacuna institucional dos governos subnacionais em Roraima, ao ser permeada por um jogo de

barganha política e de cabide de empregos, abriu espaço para outros stakeholders de significativa representação econômica, como a Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIERR) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), tornando-se os principais articuladores de operações de importações, exportações, bem como de missões empresariais no exterior.

Um fator interessante que dialoga diretamente com a importância de uma efetivação de uma secretaria que trate desses temas é que os países sul-americanos envolvidos na integração regional não comportam uma experiência passada em relação à integração de entes subnacionais que fogem aos poderes centrais (MOREIRA *et al*., 2009). Com isso, poderíamos utilizar os modelos que mais tiveram sucesso, além de servir de exemplo para outros entes brasileiros.

Ao se analisar historicamente a atuação dos órgãos paradiplomáticos do governo do estado de Roraima e da prefeitura municipal de Boa Vista percebe-se um silêncio administrativo (SENHORAS; SOUZA CRUZ, 2014) na promoção de agendas ativas de paradiplomacia subnacional, percebe-se um padrão reativo a agendas do governo federal, com ações concentradas nas fronteiras internacionais (Venezuela-Roraima-Guiana), vinculadas a ações do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Saúde, sobretudo em questões sanitárias, de saúde e de prevenção, alinhadas com as autoridades vizinhas.

CONCLUSÃO

Os resultados apontados na pesquisa indicam a necessidade de se trabalhar a institucionalização de uma Secretaria Municipal

de Assuntos Internacionais de um modo permanente, trazendo consigo, um quadro técnico-burocrático capacitado, sendo funcional para a promoção de ações paradiplomáticas, sem a distinção ou privilégio para alguns grupos de interesses, almejando o ganho social como um todo, através do desenvolvimento que pode ser promovido pela secretaria.

Conclui-se, com base nos resultados previamente apresentados, que o fenômeno da paradiplomacia subnacional nas distintos gestões dos governos do estado de Roraima ou da prefeitura da capital, Boa Vista, caracteriza-se por uma clara dinâmica pendular institucionalizada entre secretarias extraordinárias ou secretarias permanentes, embora com uma persistente lógica desprofissionalizada, que se caracteriza pela presença de indicações políticas de cargos comissionados sem adequada capacitação formal e técnica para projetar internacionalmente os interesses subnacionais.

REFERÊNCIAS

DUCHACEK, I. D. "The International Dimension of Subnational Self-Government". **Publius**, vol. 14, n. 4, 1984.

GALLO, R. *et al*. "Paradiplomacia". *In*: GALLO, R. (org). **Relações Internacionais**: Temas Contemporâneos. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

GOMES FILHO, F. **A paradiplomacia subnacional no Brasil**: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia (Tese de Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional). Brasília: UnB, 2011.

MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. (eds.). **Federalism and international relations**: the role of subnational units. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MOREIRA, F. A.; SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S. "Geopolítica da paradiplomacia subnacional: Um estudo sobre a extroversão internacional dos municípios da rede de mercocidades". **Memorias del XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevidéu: EGAL, 2009.

PRIETO, N. O. "O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental". *In*: VIGEVANI, T. *et al.* (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: UNESP, 2005.

SENHORAS, E. M. "Múltiplas Camadas das Relações Internacionais entre a Diplomacia e a Paradiplomacia". **Revista Intellector**, vol. 9, n. 18, 2013.

SENHORAS, E. M.; SOUZA CRUZ, A. R. A. "Posicionamentos jurídicos sobre o silêncio administrativo". **Repertório de Jurisprudência IOB**, vol. 1, 2014.

MIRANDA, A. F. L. G. "Os animais de estimação enquanto titulares de direitos na jurisprudência brasileira". **Revista Jus Navigandi** [13/12/2018]. Disponível em: <https://jus.com.br>. Acesso em: 17/02/2021.

NASCIMENTO, R. R. "O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado". **Portal Eletrônico do Centro Universitário Univates** [2021]. Disponível em: <https://www.univates.br>. Acesso em: 17/02/2021.

OLIVEIRA, T. P. L. “O direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado”. **Portal Eletrônico Publica Direito** [2021]. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br>. Acesso em: 17/02/2021.

RANGEL, T. L. V.; SILVA, D. M. “Biocentrismo no STF? O reconhecimento implícito de dignidade entre espécies a partir da análise dos precedentes jurisprudenciais”. **Âmbito Jurídico** [01/03/2017]. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br>. Acesso em: 17/02/2021.

RODRIGUES, K. J. M. “Tutela jurídica dos direitos dos animais: efetividade das normas jurídicas à vedação aos maus-tratos”. **Conteúdo Jurídico** [18/04/2018]. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br>. Acesso em: 17/02/2021.

SCHERWITZ, D. P. “As visões antropocêntrica, biocêntrica e ecocêntrica do direito dos animais no Direito Ambiental”. **Revista Zumbi dos Palmares** [2021]. Disponível em: <http://revista.zumbidospalmares.edu.br>. Acesso em: 17/02/2021.

SILVA, D. C. B.; RECH, A. U. “A superação do antropocentrismo: uma necessária reconfiguração da interface homem-natureza”. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, vol. 41, n. 2, 2017.

STROPPA, T.; VIOTTO, T. B. “Antropocentrismo x Biocentrismo: um embate importante”. **Revista Brasileira de Direito Animal**, vol. 9, n. 17, 2014.

TUNES, L. F. C. **A tutela jurídica dos animais no brasil**: uma discussão sobre a Lei de Crimes Ambientais (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Direito Público). Vitória da Conquista: Faculdade Damásio, 2016.

VASCONCELOS, L. S. “O meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito e dever fundamental na Constituição Federal de Brasil de 1988”. **Revista Jurídica da Faculdade 7 de Setembro**, vol. 9, n. 1, 2012.

CAPITULO 5

Paradiplomacia do município de Birigui, Pacto Global da ONU e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PARADIPLOMACIA DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, PACTO GLOBAL DA ONU E OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tadeu Luciano Seco Saravalli

O presente artigo tem por objetivo analisar aspectos da relação do Município de Birigui com o Pacto Global da ONU, uma Rede de Cooperação Técnica Internacional - CTI, visando à implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o recorte de periodização entre 2016 a 2020, sob a perspectiva das reflexões sobre conceitos de interdependência complexa, rede de cidades, e cooperação internacional desenvolvidos por autores como Keohane, Nye, Soldatos e Castells. A partir da análise de conteúdo de Bardin, com pesquisa documental e entrevista semiestruturada, os dados revelaram no conjunto documental, que a inovação tecnológica é fundamental para o sucesso do propósito da Agenda 2030.

INTRODUÇÃO

O Município de Birigui em 2016, por meio do Gabinete do Prefeito, tornou-se signatário do Pacto Global da ONU, um organismo que atua em Rede de CTI, iniciando uma relação paradiplomática na busca pelo avanço nas metas dos 17 ODS da Agenda 2030, no âmbito Poder Executivo. A cidade está localizada na região da alta noroeste do Estado paulista há 500 quilômetros da capital, possui uma população estimada para 2020 de 124.883

pessoas, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 0,78 (2017), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental foi de 7,3 (2017), entre outros (IBGE, 2020). O que se evidencia é que a iniciativa de Birigui está alinhada com a paradiplomacia com um organismo em rede, num mundo interdependente e conectado num recorte teórico que fundamenta a atuação dos municípios no Sistema Internacional. Birigui buscou parceiros estratégicos nas relações internacionais para a obtenção de resultados ousados de políticas públicas e obter a aprovação das contas anuais e aprimoramento do Índice de Eficiência da Gestão Municipal – IEGM do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.

REFERENCIAL TEÓRICO

A perspectiva da relação paradiplomática de Birigui com o Pacto Global da ONU se amolda aos conceitos dos aportes teóricos com seus reflexos da interdependência complexa citados por Keohane e Nye (2012), que ante o avanço tecnológico favorecem num mundo globalizado, a inserção de atores subnacionais no Sistema Internacional, conforme defende Soldatos (1990), facilitando a atuação em complexas redes de forma interconectada na busca de soluções urbanas como conceitua Castells (2005), mesmo não possuindo o ente municipal, uma estrutura administrativa própria para essa finalidade. O conceito de interdependência complexa é de que há uma relação dependente mútua entre atores interligados (KEOHANE; NYE, 2012). Paradiplomacia está cunhada por Soldatos (1990) como atividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais situadas em diferentes Estados. Rede também é um conjunto de nós interconectados (CASTELLS, 2005). Os nós na presente análise

são as cidades signatárias que integram o Pacto Global. Um objetivo comum é o que une os nós e forma a rede é a implementação cooperativa dos 17 ODS.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O roteiro metodológico da pesquisa utilizou o referencial teórico, coleta de dados, entrevistas de forma semiestruturada e análise de conteúdo para avaliar a relação paradiplomática do Município de Birigui com o Pacto Global da ONU na implementação dos 17 ODS, no âmbito do Poder Executivo, no período 2016-2020. A análise teve a identificação e organização de categorias em 3 (três) "fases": Fase 1 - Inserção internacional e visibilidade (2016); Fase 2 - Parcerias, práticas sustentáveis e comprometimento do Município (2017-2018) e Fase 3 - Limitações do Programa Cidades e uso de nova metodologia para implementação dos ODS (2019-2020).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Diante do aporte do conteúdo teórico conjugado com o resultado decorrente da metodologia adotada, que se reflete nas características distintas de cada fase analisada, o que se observa é uma formação inicial de parcerias de cooperação com a multinacional McDonald´s (Arcos Dorados Ltda) e proposta de Acordo de Cooperação em visita a Portugal entre a Secretaria Municipal de Gabinete e a Secretaria de Relações Internacionais de Lisboa (ODS17) na Fase 1. Na fase 2, as parcerias se ampliam com os segmentos locais e na Fase 3, a iniciativa melhorou o I-FGM do TCE-SP, ampliou-se a cooperação com parceiros locais em

projetos de solidariedade, durante a pandemia da Covid-19 (2019-2020). Numa análise crítica desta relação paradiplomática, Birigui manteve seu comportamento cooperativo no seu propósito, o que não ocorre na mesma medida pelo Pacto Global da ONU, o que leva a municipalidade à busca de inovação tecnológica oferecida pela CNM.

CONCLUSÃO

Por fim, é possível aferir que a relação paradiplomática entre Birigui e o Pacto Global gerou visibilidade, senso de responsabilidade institucional para à implementação dos 17 ODS pelo município e continuidade no seu propósito. Contudo, a referida relação poderia alcançar maior avanço, caso houvesse outra estrutura no Pacto Global. Os organismos em redes necessitam de algumas alterações estratégicas, metodológicas e a inovação tecnológica, para maior eficácia em suas atividades com os municípios nesta agenda internacional, onde as obrigações devem ser praticadas por ambas as partes.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Panorama. Birigui”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/07/2021.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 2012.

SOLDATOS, P. "An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors". *In*: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations**: the role of subnational units. Oxford: Oxford University Press, 1990.

CAPÍTULO 6

Registro e Nakatsugawa:
Cidades-irmãs, o embrião para a paradiplomacia

REGISTRO E NAKATSUGAWA: CIDADES-IRMÃS, O EMBRIÃO PARA A PARADIPLOMACIA

Edson Ricardo Saleme

E*mília Andréa Moura de Oliveira Salgado*

A finalidade do presente estudo é analisar o Convênio firmado entre Registro, município do Vale do Ribeira, em SP, e o município de Nakatsugawa, da Província de Gifu, Japão, o qual fundamenta-se na concepção de articulação entre cidades-irmãs para o desenvolvimento a partir da operacionalização da paradiplomacia, como suporte para propagação da identidade subnacional.

INTRODUÇÃO

Aqui pretende-se levantar breve discussão acerca da paradiplomacia no contexto do irmanamento de cidades, a fim de promover o desenvolvimento delas, com ou sem o auxílio dos demais entes subnacionais. A paradiplomacia, conforme ensina Soldados (1990), é o fenômeno apontado como consequência da globalização, em que a sociedade internacional resulta da interação não apenas dos atores convencionais. Em 1947, Dwight Eisenhower, então presidente dos Estados Unidos, referiu-se ao conceito de cidades irmãs; sugeriu a criação, em 1956, do programa "Sister Cities Internacional" na Conferência sobre Diplomacia Cidadã. Planejou, naquele momento, a possibilidade de uma organização criar laços prósperos e de paz entre diferentes cidades ao redor do mundo, pois entendia que pessoas de diferentes

culturas pudessem "valorizar suas diferenças e construir parcerias que diminuiriam a chance de novos conflitos". (SISTER CITIES, 2021). Conforme nos conta Salomón (2007, p. 14), o irmanamento de cidades ocorre basicamente por acordos bilaterais de cooperação entre governos locais. A troca de "boas práticas de gestão urbana" estaria evidenciada no acordo, entre outras possibilidades de intercâmbio.

DISCUSSÃO SOBRE RELAÇÕES DAS CIDADES-IRMÃS REGISTRO- NAKATSUGAWA

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o Município como membro da Federação, com autonomia, capacidade de auto-organização por lei orgânica. Ainda consignou capítulo acerca da política urbana e confirmou o federalismo de terceiro grau. A Carta Magna de 1988 delineou no Brasil uma federação à brasileira, decantada por Bonavides (2004, p. 347) […] não conhecemos uma única forma de união federativa contemporânea onde o princípio da autonomia municipal tenha alcançado grau de caracterização política e jurídica tão alto e expressivo quanto aquele que consta da definição constitucional do novo modelo implantado no País com a Carta de 1988. Os Municípios, apesar de não possuírem competências constitucionais para o exercício das relações internacionais, têm posição de destaque na organização político administrativa na Federação. Podem empregar essa prerrogativa para projetar a sua imagem no cenário internacional, com o intuito de buscar parceiras. Registro, declarado como "Marco da Colonização Japonesa", muito antes de sua emancipação política de Iguape, que só ocorreu em 1944 (SÃO PAULO, 1944), abrigou em seu território a Kaigai Kôgyô Kabushiki Kaisha – KKKK, uma estatal japonesa, criada a partir da fusão das empresas de

imigração: a empresa Brasil Takuschoko Kaisha que, em1914, possuía escrituras de uma gleba de 87 hectares no então Posto de Registro. (SÃO PAULO, 2006). No portal da Prefeitura de Registro (REGISTRO,2021a) consta como travou-se o convênio, cuja iniciativa, em 1979, partiu do prefeito de Nakatsugawa ao conhecer Registro. Em 2020, em razão da crise pandêmica, as comemorações para celebração dos quarenta anos do convênio foram adiadas, havendo troca de vídeos mensagens oficiais, disponibilizadas no portal da Prefeitura de Registro. O Prefeito de Nakatsugawa relembrou que a Avenida Registro, com uma passarela com o mesmo nome está em frente a principal estação de trem da cidade, terá nova linha férrea que diminuirá o tempo de viagem até Tóquio, que passará a ser apenas de 50 minutos (atualmente 3 horas). Destacou que Nakatsugawa é uma cidade entre Tóquio e Kioto, guardiã de ruínas do século XVII, conhecida desde esse século por abrigar peregrinos e ostentar paisagens encantadoras, ressaltando o seu potencial turístico. Em Registro existe uma praça com arquitetura e paisagismo japonês denominada Praça de Nakatsugawa, marcando a presença visual desse irmanamento com a cidade japonesa. No vídeo mensagem, o Prefeito de Registro destacou todo o auxílio prestado pela cidade irmã. (REGISTRO, 2021b). Tanto a cidade de Registro, como a cidade de Nakatsugawa incorporaram em seus solos a identidade visual desse irmanamento. Registro está dotada de recursos para alcançar o próximo patamar através da paradiplomacia e da parceria com a cidade irmã japonesa: projetar a sua identidade subnacional no plano internacional, participando de eventos internacionais a fim de alcançar visibilidade, tanto no âmbito nacional, quanto internacional, para desenvolver o turismo sustentável, objetivo que tem em comum com a cidade irmã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a paradiplomacia esteja associada ao argumento de maior independência dos entes subnacionais, com alguma relativização do conceito da soberania, pode ser, na prática, extremamente útil, que venha a reforçar a autonomia e necessidade específica desses entes. O STF já reconheceu a necessidade de maior autonomia no período pandêmico. Por este motivo na pauta para as políticas públicas deve-se prestigiar um Município com maior possibilidade de decisões, que possam atender efetivamente as necessidades citadinas.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Malheiros, 2004.

REGISTRO. "Registro e Nakatsugawa celebram 40 anos de irmandade, Registro, São Paulo". **Portal Eletrônico da Prefeitura de Registro [2021a]**. Disponível em: <https://www.registro.sp.gov.br>. Acesso em: 15/08/2021.

REGISTRO. "Registro Cidade-Irmã de Nakatsugawa, no Japão". **Portal Eletrônico da Prefeitura de Registro [2021b]**. Disponível em: <https://www.registro.sp.gov.br>. Acesso em: 15/08/2021.

SALOMÓN, M. "La Acción Exterior de Los GobiernosSubnacionales y el Análisis de Políticas Exteriores". **Anais do 1º Encontro Nacional da ABRI**. Brasília: ABRI, 2007.

SÃO PAULO. **Decreto-lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 15/08/2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 50.652, de 30 de março de 2006**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 15/08/2021.

SISTER CITIES. "Our mission". **Portal Eletrônico Sister Cities** [2021]. Disponível em: <https://sistercities.org>. Acesso em: 15/08/2021.

SOLDATOS, P. **Federalism and international relations**: the role of subnational units. Oxford: Oxford University Press, 1990.

CAPÍTULO 7

A atuação internacional do Amapá e a Comissão Mista Transfronteiriça franco-brasileira

A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO AMAPÁ E A COMISSÃO MISTA TRANSFRONTEIRIÇA FRANCO-BRASILEIRA

Fabíola Nayana Penafort Gonçalves

O trabalho tem como objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa sobre a atuação internacional do Estado do Amapá voltada para a relação com a Guiana Francesa, uma coletividade territorial ultramarina da França com a qual o Amapá compartilha a fronteira. A pesquisa é um estudo de abordagem qualitativa, com o método de análise documental das atas Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França, Comissão da qual o Estado amapaense faz parte. São identificadas as principais ações desenvolvidas e quais temáticas demostraram mais avanços.

INTRODUÇÃO

Os processos de globalização afetaram a noção de soberania do Estado-Nação, até então único ator atuando no cenário internacional, e sua capacidade de gestão. Diante da dificuldade dos Estados em atender as demandas de seus entes subnacionais, estes passam a buscar alternativas para promover seu desenvolvimento socioeconômico. O fenômeno de governos subnacionais atuando na esfera internacional é conhecido como paradiplomacia.

Nesse sentido, o Estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, distante dos grandes centros econômicos e políticos do país, despertou cedo para a paradiplomacia. O Estado se

encontra em localização privilegiada do ponto de vista estratégico pela proximidade com a região do Caribe, com os Estados Unidos e o continente europeu. E, em razão da fronteira com um território europeu, a Guiana Francesa, as principais ações internacionais do Amapá estão direcionadas para a coletividade francesa, atuação executada muito em função da participação do Estado amapaense na Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França.

REFERENCIAL TEÓRICO

Autores referência quando se trata de paradiplomacia como Ivo Duchacek (1990) e Panayotis Soldatos (1990, 1993, 1996), que conceberam o conceito de paradiplomacia nos anos de 1980, têm suas categorias e tipologias de paradiplomacia trabalhadas na pesquisa. A partir da literatura clássica e contemporânea disserta-se sobre as determinantes para a atuação paradiplomática dos governos subnacionais, além de apresentar as maneiras e fórmulas para a atuação internacional destes. Com base em uma literatura mais recente, em autores como Prieto (2004), Bueno (2010), Kuznetsov (2015) e Lecours (2008), atualiza-se o conceito do termo e apresenta-se a periodização do fenômeno, as dimensões-chaves que o particularizam e as dimensões de estudo da atividade paradiplomática contemporânea.

Em resumo, a literatura especializada aponta que a atividade paradiplomática dos governos subnacionais objetiva alcançar maior integração regional, projeção internacional e resolução para demandas e problemas regionais e locais, com vistas a promover resultados socioeconômicos e políticos (APRIGIO, 2016; PRIETO, 2004). Nesse sentido, entende-se a paradiplomacia como “o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais,

permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas (PRIETO, 2004, p. 251)".

A atividade paradiplomática subnacional envolve uma relação entre diferentes níveis: local, regional e global; em muitos casos, reconhecida por textos constitucionais (APRIGIO, 2016). Finalmente, destaca-se que ampliação da atuação internacional de governos subnacionais acontece em intensidades e modos diferentes, com o exercício de diferentes funções: coordenação, articulação, negociação, mobilização e indução dos agentes envolvidos (MARIANO; MARIANO, 2005).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotará a abordagem qualitativa, com o método de análise documental, das principais informações obtidas nas atas das reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França. Os instrumentos de pesquisa serão: revisão bibliográfica de livros, artigos, dissertações e teses relacionadas ao tema da paradiplomacia; Pesquisa e análise documental através da coleta de dados das atas das reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça franco-brasileira e de documentos de acordos interinstitucionais derivados das reuniões da Comissão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assinado em 1997, o Acordo-Quadro de Cooperação assinado entre o Brasil e a França marca um novo momento no que diz respeito às relações entre o Amapá e Guiana Francesa. O Acordo prevê uma série de iniciativas institucionalizadas para a

gestão compartilhada da fronteira, visando integração e cooperação na região fronteiriça. O Acordo assegura, no artigo 6°, que os governos locais terão representantes associados aos trabalhos de cooperação Transfronteiriça. A Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) é responsável pela operacionalização do Acordo e é composta por autoridades nacionais e locais dos dois países entre eles o Governo do Amapá. O artigo 2° do Decreto que trata especificamente da CMT, prevê encontros bianuais da Comissão, alternadamente no Brasil e na França, contando com representantes dos dois governos, sob a presidência dos Ministros das Relações Exteriores. As reuniões têm se alternado entre as cidades de Macapá (AP) e Cayenne (GF).

Os temas trabalhados no âmbito da CMT versam, principalmente, nas questões de migração; infraestrutura e integração; circulação de pessoas; transporte; segurança e defesa; cooperação educacional, científico, saúde e cultura; meio ambiente; entre outros (4). Mais recentemente, a possibilidade de atividade paradiplomática, ainda que com restrições, entre o Amapá e a Guiana Francesa, foi reforçada através do protocolo adicional ao Acordo-Quadro promulgado em 2017. O protocolo estabelece no Artigo 2° o reconhecimento da possibilidade de as unidades subnacionais estabelecerem entre si convenções de cooperação resguardada a competência do ente central de cada parte (5). Nesse sentido, as relações entre os dois lados da fronteira passaram a contar com o aval dos governos centrais para desenvolver-se. No entanto, anterior ao protocolo adicional do Acordo-Quadro, a atividade paradiplomática do Estado do Amapá no âmbito do Acordo acontece desde 1997, a partir dos contatos estabelecidos em razão das reuniões da CMT e seus desdobramentos.

CONCLUSÃO

Em condição periférica, o Estado do Amapá enxergou na paradiplomacia uma maneira de obter ganhos econômicos, sociais e políticos, especialmente, ao buscar abrir um canal de comunicação e negociação com a Guiana Francesa. Contatos esses que, atualmente, se desenrolam a partir de sua atuação na Comissão Mista Transfronteiriça franco-brasileira.

REFERÊNCIAS

APRIGIO, A. **Paradiplomacia e Interdependência** - As cidades como atores internacionais. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

MARIANO, M. P; MARIANO, K. L. P. "Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas". *In*: WANDERLEY, L. E.; VIGEVANI, T. (orgs.). **Governos subnacionais e sociedade civil**: integração regional e Mercosul. São Paulo: UNESP, 2005.

PRIETO, N. C. "O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico". *In*: VIGEVANI, T. *et al*. (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: UNESP, 2004.

CAPÍTULO 8

Paradiplomacia e governança turística: um estudo de caso a partir das fronteiras do Uruguai com Brasil

PARADIPLOMACIA E GOVERNANÇA TURÍSTICA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS FRONTEIRAS DO URUGUAI COM BRASIL

Rodrigo da Costa Segovia

Isabel dos Santos Marques

Alison Sapienza de Oliveira Valladão

Este texto tem como objetivo analisar as ações que estão sendo desenvolvidas a partir das fronteiras do Uruguai com Brasil, tendo como finalidade integrar regiões turísticas com a criação de uma instância de governança binacional ou transfronteiriça e seu "calendário binacional esportivo", para compreender melhor o fenômeno buscamos embasamento teórico onde efetuaremos sugestões que possam contribuir com as ações propostas.

INTRODUÇÃO

Na região da fronteira entre o Brasil e Uruguai, o "Club Frontera" surge de uma reunião de amigos na cidade de Rio Branco – Uruguai – com a preocupação com o número de acidentes que aconteciam na época com jovens pilotando motocicletas, bem como de demandas que fomentam o esporte na região. A partir disso, alguns motociclistas e desportistas criam o "Moto Club Frontera", com o intuito de proporcionar inclusão social e ações esportivas na região da fronteira, propiciando maior integração entre as cidades fronteiriças de Rio Branco – Uruguay e Jaguarão,

Rio Grande do Sul, Brasil – cidades-sede de onde parte o referido objeto de estudo. Sabendo da importância que os eventos proporcionam em um município ou região, desde a quebra da sazonalidade, geração de emprego, utilização do trade, a proposta do Club Frontera visa a criação de um calendário binacional esportivo, partindo da fronteira Rio Branco/UY e Jaguarão/BR - duas regiões turísticas, a região leste do Uruguai e a região da Costa Doce Gaúcha no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a construção de um escopo de estudo, a pesquisa se pauta e fundamenta nos estudos sobre a paradiplomacia, a governança global e governança turística. A paradiplomacia e as ações subnacionais no viés do turismo transfronteiriço seguem o fluxo de pessoas conforme seus interesses, sejam através da busca do turismo de compras em um país ou outro, em busca de atrativos culturais, naturais ou a participação em eventos. Seguindo a lógica da busca da oferta x demanda turística, incluímos diversos atores nessa construção, categorizando como "paradiplomacia turística subnacional" (SENHORAS, 2015). Desse modo, pensando em políticas públicas para o turismo que tem por finalidade gerar o fluxo de pessoas a nível internacional, encontra-se a necessidade de termos para a implantação de políticas que potencializam a integração entre regiões transfronteiriças. No bojo dessa questão, insere-se a governança.

O conceito de governança é bastante polissêmico gerando grande debate na academia. É entendida como a totalidade das formas utilizadas por indivíduos e instituições, sejam públicas e/ou privadas para o gerenciamento de assuntos que sejam comuns (CGO, 1995). Já a governança global, de acordo Lavall e Olsson

(2019) seria o mecanismo para o enfrentamento desses desafios no âmbito transnacional, possibilitando a atuação de uma nova gama de atores que está alterando as relações internacionais ao descentralizar o poder antes exclusivo dos Estados soberanos (ARAÚJO, 2011). A governança turística é considerada como a busca de uma nova forma de tomada de decisão coletiva, que contribui para a gestão de conflitos de interesses, fortalecimento das comunidades e impulso à inovação social (VELASCO GONZÁLES, 2014). Nessa conjuntura a partir da costura desses conceitos se busca propor a criação de uma instância de governança binacional para as regiões aqui estudadas, visando a aplicação do Calendário Binacional Esportivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em vista dos estudos sobre as relações existentes entre a paradiplomacia e governança turística serem caracterizados como exploratório e descritivo e de caráter qualitativo, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, de modo a adotar critérios que delimitaram o universo de estudo definidos pelo parâmetro temático de materiais relacionados ao objeto de estudo, bem como o uso de livros, periódicos e documentos como fontes de consulta. Desse modo, para que se possa aprofundar o conhecimento sobre o assunto e oferecer subsídios para novas investigações sobre a temática, adotou-se o estudo de caso como método de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do estudo de caso nas regiões, pretende-se como resultado propor uma instância de governança transfronteiriça para

a região em questão, de modo em que haja um modelo de gestão em que há uma organização com participação do poder público, do setor privado e de outras entidades representativas da segmentação esportiva e do turismo dos países componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o turismo nessa região, bem como responsáveis pela definição de prioridades, pela coordenação das decisões a serem tomadas, pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região turística. Essa instância pode, dentre outros formatos, ser uma associação, um conselho, um fórum. Dessa maneira, descentraliza-se o poder de decisão e tem como base a gestão democrática, a partir da participação social.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que a presente pesquisa teve como proposta, através do estudo de caso a criação de uma instância de governança turística nas regiões fronteiriças de Rio Branco – Uruguay e Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil, que vise coordenar, bem como colocar em prática o Calendário Binacional Esportivo, por meio de ações paradiplomáticas e a participação de todos os atores envolvidos. Conclui-se que o estudo apresenta contribuições sobre estudos que envolvem a paradiplomacia e governança turística em duas regiões fronteiriças, levando em consideração que é uma temática ainda pouco abordada em estudos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, I. V. “A governança global e a atuação das redes internacionais de cidades”. **Anais do 3° Encontro Nacional da**

Associação Brasileira de Relações Internacionais. São Paulo: USP, 2011.

CGO - Commission on Global Governance. **Our global neighbourhood**: The report of the commission on global governance. Oxford: Oxford University Press, 1995. Disponível em: <http://www.gdrc.org/u-gov/global-neighbourhood>. Acesso em: 01/08/2021

GONZÁLES, M. V. "Gobernança turística: políticas públicas inovadoras ou retórica banal?". **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 14, n. 1, 2014.

LAVALL, T.; OLSSON, G. "Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas". **Direito e Desenvolvimento**, vol. 10, n. 1, 2019.

SENHORAS. E. M. "Diplomacia e Paradiplomacia Turistica Transfronteiriça". **Turismo e Relações Internacionais**. Fronteiras Transnacionais, Paradiplomacia das Cidades e Inserção Internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Cenegri, 2015.

CAPÍTULO 9

Paradiplomacia e o seu protagonismo na gestão da pandemia da COVID-19

PARADIPLOMACIA E O SEU PROTAGONISMO NA GESTÃO DA PANDEMIA DA COVID-19

Juliana Ferreira Montenegro

A pesquisa buscou evidenciar o importante papel das atuações paradiplomáticas desenvolvidas na gestão da crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19. Diante das dificuldades encontradas pelo governo central em resolver as demandas locais, a paradiplomacia se fez presente explicitando o protagonismo dos atores subnacionais. Por meio de exemplos que pudessem ilustrar a grande capacidade dos atores subnacionais em atuarem diretamente no âmbito internacional de modo a atender as demandas locais, evidenciou-se a capacidade de resposta dos Estados e Municípios. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica somados aos casos práticos para comprovação teórica. Como resultado, evidenciou-se a cooperação dos atores.

INTRODUÇÃO

A paradiplomacia é uma prática que representa a participação de atores subnacionais nas relações internacionais. Tal atividade se desenvolve por meio de acordos, atos ou convenções, com entidades públicas ou privadas estrangeiras, com o desígnio de promover um determinado setor econômico ou cultural. Essa prática é diametralmente oposta à política externa dos países, cujo desenvolvimento é de competência exclusiva do Governo Federal. Para que a prática paradiplomática ocorra, deve estar alinhada

como os preceitos da República Federativa do Brasil e respeite os limites do Pacto Federativo, fato esse que garante a legalidade desta prática. Assim, é possível afirmar que a atividade paradiplomática tem a autorização do Governo central, na medida em que não contraria as diretrizes federativas. Com o alastramento da pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - Covid-19 (SENHORAS, 2021), as oportunidades de práticas paradiplomáticas ganharam destaque. E com a crise sanitária instalada, possibilitou-se uma atuação mais efetiva e visível dos Estados e Municípios como entes federados, portanto, atores subnacionais com autonomia para o exercício de atividades que a Carta Magna de 1988 não proíbe.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Metodologicamente foi realizado um estudo de revisão bibliográfica para analisar a importância da atuação internacional dos novos atores no contexto global corroborando com exemplos práticos que chancelaram a importância da prática paradiplomática. A atuação dos atores subnacionais está pautada no referencial teórico das relações internacionais, e de bibliografia já existente, dialogando com normas de direito e preceitos de outras áreas do conhecimento.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A crise gerada pela Covid-19 demandou atividades mais enérgicas e os Estados e Municípios passaram a defender de maneira direta os interesses dos seus cidadãos, especialmente diante da eminência de um colapso sanitário e da inação do

Governo Federal. A falta da atuação efetiva do governo brasileiro, no sentido de propiciar relações diplomáticas que pudessem viabilizar acordos com vista a atender as demandas locais, fez com que os atores subnacionais ganhassem destaque. Acordos direitos criaram pontes com outros governos internacionais, que fizeram a diferença para algumas localidades, compensando a falta de habilidade diplomática do Itamaraty, na gestão da crise ao longo da pandemia.

Como forma de corroborar essa tese, destacam-se exemplos de protagonismo subnacionais, expondo a importante função da paradiplomacia. Sobressai a parceria apoiada pelo Governo de São Paulo, que deu origem a primeira vacina a ser aplicada no Brasil, a vacina Coronavac, que foi uma parceria entre o instituto Butantã com a chinesa Sinovac. O Estado do Maranhão também se diferenciou, visto que articulou a compra direta de respiradores da China, diante do risco de um colapso no sistema de saúde. As aquisições aconteceram com financiamento de empresas locais, ou seja, sem onerar o governo central. E, sem querer esgotar os exemplos, é possível citar o caso de Minas Gerais, que recebeu máscaras de proteção do Governo da Província de Jiangsu, na China, como resultado de processos de irmandades entre Estado e Província. Os diversos casos de atividade paradiplomática demonstram o trabalho realizado no fomento de parcerias internacionais, retratando a oportunidade que todos os atores subnacionais possuem de destaque em práticas de melhoria da condição local dos seus cidadãos.

CONCLUSÃO

Os diversos estudos sobre a paradiplomacia permitem a análise da eficácia das ações paradiplomática em níveis distintos,

ou seja, estadual e municipal. Em ambos os casos, a teoria e as evidências da prática demonstram que os dois governos subnacionais supracitados desempenharam atividades locais de modo a melhor atender as demandas locais, corroborar com as boas práticas e servir como um instrumento para a consecução de políticas públicas. O governo federal e a postura brasileira nas relações internacionais serviram como um catalisador para evidenciar o protagonismo da atuação subnacional nas relações internacionais e com a consequente atuação direta para resolver o problema local. A proximidade dos atores subnacionais com a população, permite esse diálogo mais próximo e uma solução mais rápida dos problemas locais. Dessa forma, conclui-se que os Estados e municípios possuíram e ainda possuem um papel fundamental nas ações de enfrentamento da Covid-19 no ambiente nacional. A fim de possibilitar diversas ações de enfrentamento a uma pandemia de grande alcance, torna-se essencial a inserção dos atores no contexto das relações internacionais, voltado para a troca de boas práticas e no fomento da cooperação internacional para aquisição de insumos médico-hospitalares.

REFERÊNCIAS

CASTELO BRANCO, Á. C. **Paradiplomacia & entes não centrais no cenário internacional**. Curitiba: Juruá, 2008.

DAL RI, A. **Às sombras da soberania**: a condição jurídica de Estados Federados e governos infraestatais no Direito Internacional. Florianópolis: Fundação Boatex, 2010.

FARIAS, D. B. L. **Federalismo e relações internacionais** (Tese de Doutorado em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2000.

RIBEIRO, M. C. M. “A ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia”. **Cena Internacional**, vol. 10, n. 2, 2008.

SENHORAS, E. M. “O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

ZERAOUI, Z. “Para Entender la Paradiplomacia”. **Revista Desafíos**, vol. 28, n. 1, 2016.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Aida Mohamed Ghadie é mestre em Fronteiras e Direitos Humanos. Especialista em Magistério do Ensino Superior. Bacharel em Relações Internacionais e em Engenharia Civil. Docente do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). E-mail para contato: a.beirute@gmail.com

Alison Sapienza de Oliveira Valladão é graduado em Turismo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: alisonsapienza@id.uff.br

Célio Vinícius Diniz Rodrigues Ribeiro Freitas é bacharelando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI). E-mail para contato: celiovini99@gmail.com

Edson Ricardo Saleme é doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Mestrado e Doutorado em Direito Ambiental Internacional da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Email para contato: ricasal@unisantos.br

SOBRE OS AUTORES

Eliseu Gabriel é graduado em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Vereador da Cidade de São Paulo em seu sexto mandato. Administrador público e presidente municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e membro da Executiva Nacional do partido. Email para contato: vereador@eliseugabriel.com.br

Elói Martins Senhoras é economista e cientista político, bem como especialista, mestre, doutor e post-doc. Professor da Universidade Federal de Roraima e pesquisador do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI). E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Emília Andréa Moura de Oliveira Salgado é graduada em Direito e em Administração de Empresas. Mestre em Direito Internacional e doutoranda em Direito. Professora da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). E-mail para contato: emiliaandrea@unisantos.br

Fabíola Nayana Penafort Gonçalves é graduada em Ciências Sociais e mestranda no Programa de Pós Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professora efetiva da Secretaria de Estado da Educação do Amapá. E-mail para contato: fabiolapenafort@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

Fernando Cardozo Fernandes Rei é professor do curso de Direito da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Graduado em Ciências Sociais e Jurídicas, com formação em cursos de especialização, mestrado e doutorado na área de Direito. E-mail para contato: fernandorei@unisantos.br

Isabel dos Santos Marques é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Turismo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVIII. E-mail para contato: isabelmarques@id.uff.br

Juliana Ferreira Montenegro é doutora em Gestão Urbana e mestre em Direito e Sustentabilidade. Bacharel em Direito, bem como em Administração e Comércio Exterior. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: juliana.f.montenegro@gmail.com

Leonardo Ulian Dall Evedove é professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI). Bacharel e mestre em Relações Internacionais. Doutor em Ciência Política. E-mail para contato: leodallevedove@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Marcos Antonio Favaro Martins é graduado em Geografia. Mestre e doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Paulista (UNIP). Email para contato: marcosfavaro84@gmail.com

Marimar dos Santos Lima é graduada em Geografia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pesquisadora do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI). Email para contato: marimarlima96@gmail.com

Rodrigo da Costa Segovia é graduado em Tecnologia de Gestão em Turismo, bem como em Administração de Pequenas e Médias Empresas. Pós-Graduado em Culturas, Cidades, Fronteiras pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail para contato: rodrigo.turismo.unipampa@gmail.com

Tadeu Luciano Seco Saravalli é graduado em Direito. Mestrando em Ciências Sociais (Relações Internacionais e Desenvolvimento) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. Ex-Secretário Municipal de Gabinete do Município de Birigui. E-mail para contato: secosaravalli@gmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2021

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2021